

Ata da 43ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em trinta de junho de 2014, com início às nove horas e quarenta e quatro minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Lauri Dall'agnol, Gugu Bueno, Ganso Sem Limites, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Marcio Pacheco, Nei Haveroth, Paulo Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal, Marcos Rios, Danny de Paula, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a sessão; deixando consignada a presença do vereador Rui Capelão na presente sessão, ao tempo em que o solicitou ao senhor Secretário que efetuasse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE-** Ofício nº 41/2014 do gabinete do vereador Jaime Vasatta, comunicando ausência na presente sessão. Ofício nº 11/2014 do gabinete do vereador Rui Capelão, comunicando sua ausência na sessão do dia 01/07/2014. Ofício nº 135/2014 do gabinete do vereador Romulo Quintino, comunicando sua ausência na presente sessão. Emenda modificativa 1 ao Projeto de Lei nº 65/2014. Projeto de Lei nº 72/2014. Veto Total ao Projeto de Lei nº 20/2014 pelo Executivo Municipal. Veto Total ao Projeto de Lei nº 35/2014 pelo Executivo Municipal. Veto Total ao Projeto Lei nº 14/2014 pelo Executivo Municipal. Parecer favorável nº 308 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 66/2014. Parecer favorável nº 309 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 67/2014. Parecer favorável nº 310 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 69. Parecer favorável nº 311 da Comissão de Trabalho e Legislação Social ao Projeto de Lei nº 69/2014. Ofício SEAJUR/ATL nº 95/2014 em resposta ao Requerimento nº 139. Ofício SEAJUR/ATL nº 97/2014 em resposta ao Requerimento nº 147. Ofício SEAJUR/ATL nº 98/2014 em resposta ao Requerimento nº 134. Ofício nº 092/2014, FUNDETEC, em resposta ao Requerimento nº 140/2014. Ofício CEE/SEEG 986/14, referente à Moção nº 3/2014. Não houve inscritos para falar no Grande expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA -** quando não houve qualquer solicitação, neste sentido. **ORDEM DO DIA -** O Presidente submeteu à discussão e votação a ata da 37ª sessão ordinária, realizada no dia 09 de junho de 2014, sendo a mesma aprovada pela totalidade dos senhores vereadores presentes. – Presidente: Quero convidar nesta manhã, o vereador Pedro Martendal, caso queira nos dar a honra de se sentar conosco na Mesa Diretora, na ausência do vereador Romulo Quintino, por gentileza. Projeto de Lei nº 15/2014 de autoria do vereador Rui Capelão Cardoso, que dispõe sobre a proibição aos motoristas dos veículos do transporte coletivo de

executar simultaneamente a condução do veículo e a cobrança da tarifa, conforme especifica, em discussão. (-Peço a palavra, senhor Presidente) Com a palavra, o vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu: Presidente, devido à importância da matéria, eu faço aqui um pedido de vistas. –Presidente: Senhores, em discussão, o pedido de vistas ao Projeto de Lei em discussão, promovido pelo vereador Gugu Bueno. (-Peço a palavra, senhor presidente) Com a palavra, o vereador proponente do Projeto. – Vereador Rui: Senhor Presidente, senhores vereadores, distinta assistência. Sabemos que este Projeto, já tramitou por esta Casa o ano passado. Chegou até a ser aprovado pelos senhores vereadores. Posteriormente, depois foi vetado se não me engano, (desculpe eu estar esquecido do histórico dele), mas foi uma questão pelo menos que foi debatida no ano passado este Projeto. Estamos voltando agora, novamente, com o Projeto a ser debatido. Este Projeto ele substitui um Projeto de 2002, quando veio os micro-ônibus para esta cidade. Os micro-ônibus lembro-me muito bem, eram ônibus que tinham a função de pequenas áreas atender populações assim, mais distante onde não compensaria você colocar um ônibus grande; e que até os acessos muitas vezes, eram um acesso um pouco difícil e não preparado para uma linha de ônibus. Então, em razão disto foi colocado estes micro-ônibus para beneficiar a população. A nossa cidade de 2002 até 2014, cresceu muito. Todos os senhores sabem e tem acompanhado pelos canais de comunicação, o crescimento da nossa cidade. Por tal razão estes micros, deixaram de funcionar dentro da cidade e passou-se a ter somente, linhas normais de ônibus. Foi aumentada algumas linhas, melhorado os acessos e hoje nós temos, linhas normais de ônibus. O que é que acontece? Estes micros, na época foi acertado para que não houvesse cobrador; porque pegava muito pouca gente e então, seria um custo maior. Hoje, como não existem mais os micros, querem dizer que há micrões. Na verdade não é micrões é ônibus que pega a mesma quantia de passageiros, do que qualquer outro ônibus; a gente tem pedido esta alteração na Lei. Voltar ao que era antigamente, sem os tais micros. A Lei tem que retroagir, ela tem que voltar neste caso, eliminando aquela questão dos micros, onde não existe mais os micro circulando. Portanto, hoje também é um grande problema sociais, os micros lotados; até porque estes micros que não são mais micros, são ônibus normais e eles lotados criam grande problema para os motoristas. O motorista hoje, não tem aquele auxiliar que seria o cobrador, para um idoso subir no ônibus que as vezes precisa de um auxílio; para aquela pessoa cadeirante que é uma pessoa deficiente e que precisa de ajuda. - Vereador Gugu: Questão de Ordem, Presidente nós estamos discutindo o pedido de vista e não o mérito do Projeto. (Ruídos na plateia) Senhor Presidente, então vossa excelência vai permitir esta manifestação da plateia, nós vamos nos retirar da sessão. –

Presidente: Por gentileza, só por uma questão de ordem, todos no momento devido, obviamente terão o direito e o espaço para falar e se manifestar integralmente sobre o Projeto, também. Só neste momento, temos que discutir a questão do pedido de vistas, se autoriza o pedido de vistas ou não. Primeiro, passaremos por esta votação, se autorizar o pedido de vista naturalmente o Projeto não estará em discussão neste dia. Então, vereador Rui Capelão, por gentileza, encaminhe o seu.... – Vereador Rui Capelão: Senhor Presidente, eu gostaria então de deixar bem claro aos senhores vereadores e a toda nossa plateia que, este Projeto de Lei como tem mais de um ano, como acabaram de falar aí, é impossível que o vereador não seja responsável e não tenha conhecimento da importância deste Projeto, para pedir vistas. Então, eu lamento o pedido de vistas do vereador Gugu, e quero pedir aos senhores voto contrário, porque é um absurdo nós numa hora de votação importante pedir vistas para justificar o injustificável. Isto não se pode admitir mais nesta Casa. A nossa Casa tem que ter hoje, uma posição. E hoje e sempre, uma posição de maior transparência. Muito obrigado! – Presidente: Com a palavra, o vereador Gugu Bueno. Perdão! O vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Senhor Presidente, (pelo tamanho, né, nós somos parecidos; vamos dizer assim). Senhor Presidente, nobres colegas, a plateia, nosso vereador de Foz do Iguaçu, Dilto Vitorassi, amigo do meu irmão até por sinal lá de Itapejara, então tá. Na realidade é o seguinte: o Gugu pede vistas eu acho, sabe por quê? Porque andou meio ausente da Câmara, né, deu uma fugida, né, quando o negócio aperta ele foge; mas eu te digo o seguinte: essa matéria ela é tão do conhecimento nosso que não tem porque pedir vista, entendeu? Acho que neste momento, o nosso amigo Gugu saiu daqui e ele deve ter se esquecido de alguma coisa, né, mas isto aqui já é de grande conhecimento nosso e não tem porque a gente não decidir hoje, este Projeto; haja vista que, não me lembro se em 2002, já tinha Lei do DETRAN que não pode usar nada, na hora que está dirigindo. Então, como os motoristas vão dirigir e cobrar ao mesmo tempo? Isto aí é contra a Lei, entendeu Rui Capelão? (Aplausos) É contra a Lei e está colocando em risco a vida das pessoas; então este pedido de vistas do Gugu, ele é só para enrolar, está entendendo? (-O senhor me daria um aparte, vereador?). Já te dou, só um pouquinho! Então como aqui, nós não estamos para enrolar, estamos para decidir, isto aqui já vem de um ano e pouco, dois anos; então eu peço voto contrário às vistas do Gugu; aí vamos para a votação. Por favor. (Aplausos) – Vereador Rui: Obrigado! Eu gostaria de dizer a todos os senhores, que o transporte coletivo de Cascavel neste momento está parado e poderá talvez continuar parado, por uma culpa desta Casa. Nós não podemos depois, dizer que nós não somos responsáveis pela parada do transporte coletivo. Nós vamos ser responsáveis sim, se nós não tomarmos posição em

defesa da população e dos nossos trabalhadores. Obrigado pelo aparte! (Aplausos) – Vereador Jorge Bocasanta: Então, nobres vereadores, o problema é a caixa preta do transporte coletivo, do transporte dos estudantes, do lixo, tá entendendo? A gente aqui, pede requerimento e não consegue ver a realidade; mas por este motivo assim, que o motorista não pode perante a Lei cobrar e dirigir ao mesmo tempo, nós não podemos dar vistas ao Gugu Bueno. Muito obrigado! (Aplausos)(-Peço a palavra, Presidente) – Presidente: O vereador Paulo Porto, com a palavra. – Vereador Paulo Porto: Bom dia a todos, bom dia a Mesa, bom dia aos vereadores, muito bom dia aos trabalhadores do transporte coletivo urbano de Cascavel, hoje presentes na nossa plenária. Eu entendo injustificável sobre qualquer aspecto, o pedido de vistas neste momento. É muito raro eu ser contra ao pedido de vistas, porque é uma maneira do vereador tomar conhecimento do Projeto; mas é um Projeto que já tramita há 1 ano. Este Projeto, lembrando o Capelão, ele foi vetado não pelo Prefeito, por esta Casa, este Projeto ele não passou nesta Casa, no ano passado, não passou. O senhor defendeu com toda dignidade este Projeto que é legítimo; porque é um Projeto que trata sobre o trabalho, ou seja, não é problema, nós sermos explorados pelo capital, mas sermos explorados duas vezes, aí não dá. Então, eu entendo que é um belo Projeto e que tem que ir para a votação. E não existe nenhuma justificativa protelar a votação deste Projeto, hoje; até porque já tem um ano, praticamente um ano de debate. Não é uma novidade para a Casa e seria um desrespeito para os que estão hoje no plenário, no caso os trabalhadores do transporte coletivo; assim como desrespeito para a sociedade cascavelense, que já conhece este Projeto há 1 ano. Foi vetado por esta Casa, por estes vereadores, no ano passado, não foi nem pelo Executivo. Estamos colocando de novo, que é um Projeto do Rui Capelão e que tem o meu apoio; eu entendo que não procede neste caso o pedido de vistas. E eu peço a todos os vereadores, que eu tenho certeza tem compromisso com a população de Cascavel, compromisso com quem está aqui, que votem contrário ao pedido de vistas. E vamos à votação! Muito obrigado, Presidente! (Aplausos)(-Votação nominal, senhor Presidente) (-Peço a palavra, senhor Presidente) – Presidente: Quero cumprimentar o Presidente do Siprovel, que mais uma vez nos acompanha nesta manhã, o senhor Hamilton, o professor Hamilton, seja bem-vindo! Também, quero cumprimentar o vereador de Foz do Iguaçu, o Vitorassi, ele que já por algum tempo exerceu o mandato de deputado federal, também exerceu o mandato de Prefeito de Foz do Iguaçu, é Presidente dos rodoviários da cidade de Foz do Iguaçu, eu a ele dou as boas-vindas e os cumprimentos nossos. Está com a palavra, o vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti:Obrigado, senhor Presidente! Bom dia senhor Presidente, nobres pares, imprensa, amigos cascavelenses. Este pedido de vistas, senhores, dura

um ano; o pedido de vistas é de agora, mas o Projeto é de um ano. Nós vemos que o rolo compressor que tem nesta Casa, acaba passando por cima não só de alguns vereadores, e sim da população e dos funcionários das empresas. Eu sei que sou empresário, mas muita coisa a gente tem que ver o lado do funcionário e, não só do empresário. Nos últimos dias nós aprovamos uma redução de 5 para 2% de ISSQN, exclusivamente para as empresas de ônibus. As outras empresas da cidade continuam pagando o mesmo tributo; deveríamos baixar de todas. Não que eu defenda que a Prefeitura tem que ficar com os cofres vazios, não é isto! Mas se vamos mexer num tributo, vamos mexer para todos! Direitos iguais! Então, rapidamente, só para encerrar, eu vejo que este rolo compressor está acabando o combustível, está bem no final do diesel; então daqui a pouco acaba. Obrigado, senhor Presidente! (Aplausos) – Presidente: Senhores, votação nominal, proceda senhor Secretário, em relação ao pedido de vistas o Projeto de Lei nº 15/2014, promovido pelo vereador Gugu Bueno. Contra: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, João Paulo, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, **Lauri Dall'Agnol**, Nei Haveroth, Paulo Porto, Marcos Rios, Pedro Martendal, Rui Capelão Cardoso, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Favorável: Danny de Paula, Gugu Bueno, Ganso Sem Limites, Luiz Frare e Paulo Bebber. – Secretário: Com 12 votos favoráveis e 05 contrários, pedido de vista prejudicado. (Aplausos) – Presidente: Com 12 votos contrários e 05 favoráveis está rejeitado o pedido de vistas, promovido pelo vereador Gugu Bueno. E agora, continua em discussão, ou melhor, inicia-se a discussão do Projeto de Lei nº 15/2014. (-Peço a palavra, Senhor Presidente) Com a palavra, o vereador Rui Capelão, proponente do Projeto. – Vereador Rui: Nós sabemos que alguns outros municípios, como Foz do Iguaçu, que nos honra hoje com a presença do vereador Vitorassi, já teve este problema que nós estamos debatendo aqui, da questão destes micros. Acabou isto aí, lá em Foz do Iguaçu, não existe mais ônibus hoje em Foz do Iguaçu sem cobrador; portanto nós temos que entender como a nossa sociedade está andando. Curitiba também, acabou com isto aí, os ônibus tem que ter este cobrador, tem que ter esta pessoa para auxiliar. Eu estava vendo no Rio Grande do Sul, tem lugar que o transporte escolar, vereadora Danny de Paula, tem que ter uma outra segunda pessoa dentro do ônibus para acomodar as crianças, para acompanhar as crianças, fazer uma série de atividades dentro do ônibus escolar e que não é obrigação da empresa, mas do Poder Executivo, para que esta criança, sente, tenha mais segurança, coloque o cinto, desembarque no lugar certo, o ônibus pare no lugar certo; então há uma certa, um certo cuidado maior com aquela população escolar. Isto também, nós temos que ter no transporte coletivo. Quem que dá este suporte, no transporte coletivo? É o nosso cobrador, que além de cobrar ainda tem que dar esta atenção. Mas, é claro que o cobrador ele enchaveia a sua caixinha e

vai lá atender a pessoa; então no momento que ele vai atender a pessoa ele não exerce duas atividades, ele está exercendo uma outra correlata ao seu trabalho; portanto nós sabemos que esta questão hoje, tem que evoluir conforme a sociedade está evoluindo. Então há uma razão muito lógica e por cálculos já feitos de custos, podem ter certeza que Cascavel não tem custo nenhum a mais, por ter admitido a obrigatoriedade da contratação de cobradores para estes ônibus. Portanto, o que está se pedindo aqui não é um absurdo, é uma coisa lógica, é uma coisa normal. E eu não estou defendendo isto aqui, com nenhum interesse político, eu estou defendendo como interesse daquele que sempre trabalhou, que sempre usou o ônibus, que sabe da necessidade de um transporte coletivo adequado e respeitoso para com a população. Portanto, senhores que já viveram muito dentro de ônibus, deve saber das dificuldades que tem um ônibus lotado, para nós andarmos dentro. Imagine, quando não tem cobrador, como é que vai fazer o motorista? Há poucos dias ainda me pediram, que eu visitasse algumas linhas para ver o sacrifício que as pessoas estão passando em determinadas linhas, principalmente em momentos de pico que não tem cobrador. E hoje o transporte coletivo, ele anda lotado quase que o dia todo; não é só mais nos horários de pico, então nós temos que ter este entendimento. Quem anda de carro, deveria andar de ônibus também, nos horários de pico, para sentir aquilo que a população sente hoje. (Aplausos). Os meus filhos estudaram indo de ônibus. A minha esposa, hoje ainda usa o transporte coletivo para vir na cidade, porque ela não dirige, e como ela não dirige ela usa o transporte coletivo; e reclama que não anda em horário de pico, dos problemas que tem para usar este transporte coletivo. Ora, não sei se a esposa dos senhores ou os filhos usam, para terem estas reclamações; mas na minha família eu tenho tudo muito claro do que acontece no transporte coletivo. Sou amigo do senhor João, que é dono da Capital do Oeste e de toda a sua família, amigo pessoal dele. Não conheço os donos da empresa Pioneira, porque não são nem daqui; eles têm outras linhas também, fora de Cascavel como a Capital do Oeste também, tem linhas fora de Cascavel. Portanto, sabemos que não é uma questão também, empresarial de defender direitos de empresa ou ser contra, alguma empresa. Não! Nós queremos que as empresas sejam beneficiadas naquilo que Cascavel pode dar a elas, mas elas têm também, em troca disto também, dar aquilo que a nossa população, aquele usuário, que honra estas empresas no dia-a-dia, levando os recursos necessários para que elas sobrevivam, tenham uma decência no seu atendimento. Era isto, senhor Presidente! Muito obrigado! (Aplausos) –Vereador Lauri: Questão de ordem, senhor Presidente. Gostaria que registrasse a minha presença. Senhor secretário, registre-se por gentileza, a presença do vereador Lauri Dall’Agnol. (-Peço a palavra, Presidente) Vereador Paulo Porto, o senhor

está com a palavra. – Vereador Paulo Porto: Bom dia a todos, bom dia a Mesa, bom dia ao plenário! Hoje estamos votando uma Lei, um Projeto de Lei do senhor Rui Capelão, muito simples. Eu costumo falar aqui, de maneira didática, se eu estivesse numa sala de aula falaria a luta do capital e o trabalho. O trabalho, os trabalhadores e o capital os donos das empresas. Nós iremos favorecer quem? Este é o debate, de maneira muito simples, muito didática. E a luta histórica do direito dos trabalhadores já é longa, nós lutamos muito para ter hoje: licença maternidade, que é uma coisa natural; não era natural e nunca foi natural. Nós lutamos muito para ter jornada de 8 horas, as jornadas eram de 14 horas e hoje são de 8; não é natural é uma coisa histórica. Companheiros antes de vocês lutaram por vocês, para que hoje vocês tivessem direitos. Nós lutamos por aviso prévio; não é uma coisa natural é uma coisa histórica. Companheiros que nem vocês se mobilizaram para que hoje nós tivéssemos aviso prévio. Nós lutamos por salário mínimo; não é natural é histórico. Conquista nossa da classe trabalhadora. Eu estou dizendo isto, porque estas conquistas vão se avolumando na história e significa o quanto nós evoluímos, enquanto sociedade. Isto tem que seguir mudando e seguir avançando; eu não entendo, não vejo nenhuma justificativa para o chamado sobretrabalho. Vocês fazem uma dupla função e tem apenas, uma remuneração. Vocês são motoristas e cobradores, mas ganham por um cargo. Isto não existe, não é possível! Tem que seguir avançando nas nossas bandeiras históricas, agora não se avança sem luta; como nunca se avançou sem luta. Hoje a nossa bandeira também, é a jornada de 40 horas, precisamos conquistá-la também, em nível nacional para todas as categorias. Mas, o que eu quero dizer é que as conquistas vão se avolumando historicamente. E quem luta contra estas conquistas da classe trabalhadora não é só algo inglório, como é algo ilegítimo. Nós seguiremos avançando, vocês estão aqui para provar isto para a gente. Nós seguiremos avançando nas nossas conquistas, ainda que seja pouco a pouco; uma a uma, porquê é que eu estou falando isto? Porque esta luta de vocês aqui, para que não sejam explorados duplamente, é uma luta não de vocês; mas de toda a classe trabalhadora que luta por direito. Vocês nos representam neste momento. E que bom que vocês estejam aqui, nos pressionando, porque o papel de vocês é pressionar os seus representantes, porque nós somos eleitos. (aplausos) E nós temos. E o que faz um mandato? Um mandato ele representa as pessoas que depositaram confiança nele, nós não estamos aqui por obra do Espírito Santo; nós estamos aqui porque nós fomos eleitos. E nós temos a obrigação legítima, inalienável, de representar vocês e bem. Então, entendo que hoje, os vereadores que estão nesta Casa e, que representam a classe trabalhadora, espero que sejam todos eles ou a grande maioria, votem este Projeto, porque é um Projeto legítimo, justo. É um Projeto que faz a história avançar, que faz os

direitos avancarem e barrar este Projeto, não é só barrar o Projeto do Capelão é barrar o avanço histórico da classe trabalhadora. Eu não vejo nenhuma justificativa, nenhuma, nenhuma, nenhuma. Nem o aumento da passagem, que este é um outro debate. Nós não podemos ser chantageados pelas empresas, aqui não se admite chantagem; se discute de outra maneira. Eu não vejo nenhuma justificativa plausível para que este direito tão justo, tão legítimo, que nós vamos lutando desde a Revolução Industrial para que a gente seja menos explorado, não passe nesta Casa. Eu não vejo nenhuma possibilidade, nenhuma justificativa para que vocês não tenham direito de não ser explorado uma vez, porque no capitalismo a gente é explorado sempre, pois é do jogo. Mas que nós sejamos explorado uma vez e não duas vezes pela mesma função. Peço voto favorável, senhor presidente ao Projeto do Rui Capelão. Muito obrigado! (Aplausos). (-Peço a palavra, Presidente) – Presidente: Com a palavra, o vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei: Senhor Presidente, senhores vereadores, comunidade aqui presente, imprensa e, em especial os motoristas e cobradores, quero cumprimentar o meu amigo Marcio Rosa, Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Paraná que se faz presente neste plenário. Dizer senhores vereadores, que o cobrador e o motorista são aqueles que iniciam o funcionamento da nossa cidade e que encerram o funcionamento da nossa cidade; porque são eles que iniciam na madrugada e que encerram a nossa cidade no final da noite, levando os nossos trabalhadores. Por muitos anos eu usei o transporte coletivo desta cidade. Muitos dos que me transportaram estão sentados aqui, neste plenário. Eu reconheço a importância de cada cobrador, de cada motorista. Em 2002, quando foi assinado aquele contrato, realmente eram micro-ônibus; hoje são micrões, são ônibus grandes. Eu posso dizer com muita tranquilidade porque na frente da minha casa, tem um ponto de ônibus. Lá além do cobrador fazer a dupla função ele também tem que atender, tem que embarcar a pessoa com deficiência; isto tudo gera um desgaste, um stress emocional e além do mais, nós precisamos preservar o trabalhador. Nós dependemos dos nossos trabalhadores. Respeitamos as empresas, eu respeito muito as empresas, os donos das empresas porque geram o emprego; mas respeito também o trabalhador, porque são eles que fazem a empresa funcionar. Eu sou da classe trabalhadora, eu não sou empresário; tenho respeito pelos empresários muito grande, mas eu respeito a classe trabalhadora. Então, eu quero pedir aos senhores vereadores, este Projeto teve parecer favorável de todas as Comissões, todas, não teve voto contrário em nenhuma Comissão; então é por isto que nos dá a tranquilidade de seguirmos em frente, aprovarmos este Projeto neste plenário hoje e amanhã em segunda votação, tornar ele também um Projeto de Lei e que depois segue para o Executivo, para o Executivo fazer os

devidos encaminhamentos. Então, eu quero mais uma vez pedir o voto favorável dos senhores vereadores, para que este Projeto possa seguir em frente, uma vez que Foz do Iguaçu, já é sentença definida, não tem mais a dupla função; então portanto, existe jurisprudência para que isto possa caminhar. Peço voto favorável ao Projeto e, muito obrigado senhor Presidente, senhores vereadores. (Aplausos) (-Peço a palavra) (-Peço a palavra) – Presidente: Sem prejuízos, não lembro quem pediu primeiro, me parece que é o Lauri. Se não faz diferença, com a palavra o vereador Lauri Dall’Agnol e na sequência o vereador Paulo Bebber. – Vereador Lauri: Bom dia, senhor Presidente; bom dia aos demais vereadores e a todos aqui presentes. Eu entendo que é um Projeto polêmico sim, senhor Rui Capelão; mas entendo que a função ela é distinta. Motorista ele é motorista e, o cobrador ele é cobrador. Existe um sistema psicológico onde quando duas pessoas exercem a mesma função automaticamente, ao mesmo tempo e deste modo eu vejo que o Projeto é válido sim, vejo que deve ter esta diferença e para que tenha a garantia também, do usuário do transporte. Se o motorista está dirigindo e cobrando ao mesmo tempo, ele tem uma debilidade neste momento, que pode causar ali, infelizmente um acidente. Não é que isto é possível em todas as viagens, claro que não! Mas, numa hora de fadiga, numa hora de cansaço isto pode ocorrer, sim. E quem acaba sendo prejudicado também, é o usuário e não só o motorista que tem a sua penalidade; não sei qual que é o sistema de controle da empresa, se tem desconto ou não, né? Mas, tem o usuário esta possibilidade de sofrer um acidente e ser penalizado também de uma forma talvez, não numérica mas sim, na forma de sua integridade física. Então, eu vejo um Projeto válido, viu senhor Presidente? E vejo que ele merece sim, vice-presidente Luiz Frare, merece ser analisado e, deve ser votado favorável. O meu voto é a favor. (Aplausos) – Presidente: Com a palavra, o vereador Paulo Bebber. – Vereador Paulo Bebber: Bom dia a todos! Eu na verdade votei a favor do pedido de vistas, porque ainda tenho dúvidas. E isto a dúvida a gente tira durante a semana, porque o pedido de vistas é para mais uma sessão. Porque parece-me que consta no contrato existente de que vai acabar os micros, e em acabando os micros automaticamente teríamos motorista e, teríamos cobrador. Eu falo isto porque o meu 1º emprego de carteira assinada, ainda jovem, foi como cobrador. E quer queira quer não, cobrador no mundo moderno, no encaminhamento, ele vai acabar. A bilhetagem eletrônica ela é natural, o mundo, a vida nossa do dia-a-dia se encaminha para isto. Então, na verdade eu não tenho nenhuma dificuldade de votar favorável ao Projeto, vou votar favorável hoje. E vou buscar ainda, para título de esclarecimento se realmente isto consta no contrato. Então, a dupla função realmente ela é extremamente complicada, é difícil você dirigir, cobrar, fazer o troco, frear, arrancar e parar. Eu era da época ainda que tinha a estrada de

chão; aonde nós fazíamos a linha Brasmadeira – Alto Alegre, era a maior linha que tinha, e trabalhávamos das 4 horas da manhã até meio-dia; e depois pegava da 6 horas da tarde e ia até a meia-noite; difícilíssimo. Ganhava mais? Ganhava, porque trabalhava mais, ganhava por hora. Então votarei favorável ao Projeto sim, mas eu vou tentar esclarecer no segundo momento, buscar a cópia deste contrato que realmente se encaminha para que os senhores, querem. Obrigado! (Aplausos) – Peço a palavra, Presidente. – Presidente: Com a palavra, o vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Senhor Presidente, caros colegas, trabalhadores do transporte, imprensa e demais membros da comunidade que nos visitam nesta data. Este Projeto, Rui Capelão, quando foi apresentado já na primeira vez, eu votei favorável. Na reapresentação a minha opinião foi pelo voto contrário, por uma questão legal; mas eu sou favorável a isto. Eu tenho conhecimento na área, trabalhei 30 anos com transporte e logística e sei a importância que é, e a dificuldade que é o volante de um veículo de carga. Um veículo com passageiros a responsabilidade é muito maior, porque transporta vidas. A própria legislação, se nós nos socorrermos do Código de Trânsito Brasileiro, nós veremos que há limitações até em atender um celular. E atender um celular e fazer o troco, eu acredito que fazer o troco é mais sério do que atender o celular, e é proibido; então por analogia eu entendo que é impossível dentro da legalidade o motorista fazer a cobrança. Terá um pequeno custo? Terá, mas nós temos que analisar a questão da segurança. E uma vida não tem valor, não é por causa de pequenos centavos que possivelmente seja acrescido na tarifa, que nós vamos colocar em risco a vida dos passageiros. Além do mais que sempre defendo que nós, devemos investir mais no transporte de massa e o que está sendo feito no Brasil é o inverso. Se investe mais no transporte individual e menos no transporte de massa. Então, a questão da segurança é qualidade para que as pessoas utilizem mais um transporte de massa. Então, com estas ponderações, o meu voto certamente será pela aprovação deste Projeto. Muito obrigado! (Aplausos) (-Peço a palavra, senhor Presidente) – Presidente: Vereador Jorge Menegatti, com a palavra. – Vereador Jorge Menegatti: Obrigado, senhor Presidente. Rapidamente, senhores, o contrato existente não permite a utilização de cobrador nestes micro-ônibus; mas o contrato, senhores, foi quebrado estes dias de 5 para 2%. Então, nós podemos muito bem mexer no contrato, ele não é intocável, ele não é imexível e o outro lado da rua precisa cumprir as Leis que são aprovadas por esta Casa. Esta Casa está aqui, constituída para criar leis e o outro lado, para cumpri-las. Claro, ele também cria; mas nós podemos muito bem mexer no contrato e parabéns novamente, senhor Rui Capelão já dei os parabéns para o senhor lá fora, vários dias (Aplausos). Esta luta não é só sua, senhor Rui Capelão, o senhor sabe disto. Parabéns, novamente! Obrigado! -

Presidente: Com a palavra, o vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Senhor Presidente, senhores vereadores, plateia, imprensa, as leis são para serem cumpridas e os acordos, também. Aí tinha uma faixa que diz: vereador, votem a favor da Lei, não sejam fora da Lei, isto dá cadeia. (Burburinhos) Posso falar? Posso falar ou não? Desde quando se nós não aprovamos esta Lei, vai dar cadeia? Desde quando? Desde quando? Esta é uma questão. A segunda; vereador nobre Rui Napoleão, Capelão Cardoso, quanto é a passagem de ônibus do transporte coletivo de Foz, o senhor sabe me responder? Depois eu lhe dou um aparte. Quanto é que se cobra de passagem quando a pessoa entra quando não tem cobrador? Quanto por cento? Qual é o percentual das pessoas que não utilizam o Cartão Vale SIM? Quantas pessoas em relação as que andam de ônibus com cobrador representam em compensação àquelas que andam de micro-ônibus? Então, é o seguinte: Nós aqui em Cascavel, e o pessoal de Foz do Iguaçu deve saber porque deve ter sido informado pelos vereadores; nós aqui através de Leis lá atrás aprovadas, nós damos isenção além do meio passe para estudante, nós damos isenção para os funcionários do correio. Aqui tem isenção para os funcionários da Polícia Civil, aqui está isento aquela pessoa que completou 60 anos; até os 65 é de lei federal. Sessenta e sessenta e cinco em Cascavel. Sabe quanto representa isto no custo da passagem? $\frac{1}{4}$ dos passageiros que andam de ônibus, andam de graça. Então, eu não tenho dúvida de que os 85,90 cobradores que serão colocados a disposição dos micro-ônibus eles vão ser repassados para a passagem. Agora, e se vier uma lei aqui, dizendo para acabar com a gratuidade do idoso de 60, 65 anos, nós teremos coragem de votar? E se vier uma lei aqui pedindo, para deixar de isentar os passageiros que exercem cargo no correio, nós vamos votar? Nós sabemos muito bem que o correio não manda carta de graça pra ninguém; muito menos para as pessoas que mais precisam, elas não têm isenção. Água, ela tem isenção; luz tem isenção; correio não tem isenção. Então, eu gostaria só de colocar isto, de que a lei em sendo aprovada nós estamos passando por cima de uma decisão que ainda está na Justiça sobre a colocação do cobrador ou não. Está sendo julgado. Segundo, o contrato que existe na prestação de transporte coletivo diz que o micro-ônibus não é necessário colocar o cobrador. Posso falar? (Apupos) Eu vou encerrar porque não dá prá...(não tem comando isto aqui) – Presidente: Senhores, não vamos chegar a lugar nenhum deste jeito. Não vamos chegar a lugar nenhum deste jeito. Com certeza não é entrando em enfrentamento com um vereador diretamente, que nós vamos viabilizar ou inviabilizar a aprovação do Projeto. Então, vamos escutar, alguns se manifestaram favoravelmente ao Projeto, nós temos que respeitar a opinião de quem também democraticamente não concorda, eventualmente. Então, vamos escutar os debates, acompanhar a

votação de maneira democrática, naturalmente a manifestação ela é legítima, mas nós não podemos inviabilizar a votação do Projeto, por conta disto. Vereador Luiz Frare, tem mais um minuto, caso queira, para concluir as suas considerações. Caso queira, está com a palavra ainda, vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Não. Obrigado pela palavra! (-Peço a palavra, Presidente) – Presidente: Vereador Gugu Bueno, com a palavra. – Vereador Gugu: Senhor Presidente, senhores vereadores, distinta assistência, em partes, imprensa do município de Cascavel; para aqueles que estão achando ou pensando que podem mudar o voto dos vereadores, na base do grito, da pressão, eu digo para os senhores vereadores, que ao me eleger, ao disputar as eleições, a colocar o meu nome a disposição da população de Cascavel assumi um único compromisso, que é fugir do discurso fácil, fugir do aplauso fácil. Eu sempre digo e reconheço que a vida pública, ela é um grande desafio; porque tem, você lida com duas questões muito básicas; uma ser responsável e a outra é a sua imagem de homem público. Obviamente que aqui nesta Casa, eu já fiz discursos que foram motivos de aplausos, como já fiz discursos que foram motivo de vaia e o que me dá a certeza que estou percorrendo o caminho certo não é se agradei meia dúzia ou uma dúzia, é se não me desviei daquilo que me proponho a fazer e, que é votar com a responsabilidade que tenho, com o conhecimento que tenho e achando que estou votando certo. Então, Presidente só para deixar muito claro o meu posicionamento, eu acho que este Projeto que ainda vamos discutir hoje, talvez discutiremos amanhã; esta Casa dias atrás testemunhou uma ampla discussão, num outro Projeto. O fato é que nós tínhamos uma sentença judicial determinando o aumento da tarifa do ônibus para R\$ 2,70 que era para já ter ocorrido, desde de dezembro do ano passado. Na verdade as empresas tinham pedido um aumento para R\$ 2,82, R\$ 2,83, mas o município não aceitou. Eles recorreram a Justiça e o município não aceitou, a Justiça determinou em sentença que o reajuste fosse concedido a R\$ 2.70. O município de Cascavel para não permitir este reajuste e para segurar a tarifa em R\$ 2,60, abriu mão de receitas importantes; receitas que com toda a certeza farão falta como: no CMEI's ou no asfalto. Mas entendendo e preocupado com o povo de Cascavel, com o trabalhador que paga a sua passagem; o município abriu mão de receita e cortou na própria carne, para manter a tarifa em R\$ 2,60. E a regra é muito simples e este é o meu entendimento: bom ou não, existe um contrato, entre o Executivo, o Poder Executivo e as empresas concessionárias do transporte coletivo. E, obviamente que qualquer mudança neste contrato, qualquer alteração neste contrato, os empresários não terão prejuízo e será repassado a tarifa. Eu vejo aqui, e reconheço e é legítimo os trabalhadores brigarem por seus direitos, o sindicato, mas e o restante da nossa população que paga a tarifa de ônibus? Eu não tenho compromisso com o sindicato, não

tenho compromisso com classe a ou classe b, tenho compromisso com aquilo que eu acho melhor para o todo da nossa sociedade. Por isto, Presidente, eu registro o meu voto contrário a este Projeto. (Apupos). (-Peço a palavra, senhor Presidente) – Presidente: Com a palavra, o vereador Claudio Gaiteiro. – Vereador Claudio: Senhor Presidente, senhores vereadores, a imprensa, saudar aqui, o vereador de Foz do Iguaçu, funcionários do transporte coletivo. Eu quero dizer que o debate está bonito, algumas ações também a gente não concorda como aquela lá: ninguém vai para a cadeia, se votar contra com certeza ou nem se votar a favor; eu imagino que é uma ofensa aos vereadores, todos os que estão aqui foram legitimamente votado pelo povo; que assim diz a nossa Constituição. Nós não podemos aqui, rasgar a nossa Constituição de 88. Dizer a algum vereador aqui, que me antecedeu que parecia ser a Mãe Diná; dizendo que o rolo compressor da base votaria contra o Projeto. E ele percebeu aqui, que aqui não tem rolo compressor, não. O voto é da consciência e da responsabilidade de cada um e dizer vereador, que com certeza todos os vereadores estão atentos e sabem da sua responsabilidade aqui, na hora de votar. Então, para isto eu também, peço voto favorável ao Projeto, quem sabe discutindo aí a partir de amanhã (aplausos) uma, nós temos até amanhã ainda, se algum vereador propuser quem sabe fazer alguma emenda, para melhorar ainda mais o Projeto. Mas a princípio então, eu falo aqui viu vereador Menegatti que não tem rolo compressor. E sim, os vereadores votando aqui conforme a sua consciência. Muito obrigado. (-Eu peço a palavra, senhor Presidente) – Presidente: O vereador Marcos Rios, com a palavra. – Vereador Marcos Rios: Senhor Presidente, nobres vereadores, assistência, imprensa. É senhor Presidente, é um Projeto polêmico, mas o que eu vou falar é que eu uso a palavra para não usar trampolim político e também, não voto pela pressão, vereador Menegatti, e por rolo compressor. Eu voto com a minha consciência, como eu acho que tem que votar. E vereador algum ou alguém de pressão vai me tirar o meu voto, do jeito que eu quero. Eu vou votar o Projeto do jeito que eu acho que é importante. Conheço vários cobradores e motoristas, há muitos anos eu já acompanho isto aí, eu sou vereador desde 2002. Venho acompanhando este Projeto, venho acompanhando os funcionários que hoje merece e é um Projeto importante para vocês. Eu acho que é importante para a classe, para a população, que não venha acontecer um acidente aí no futuro, pelo motorista estar cobrando e também, dirigindo. Eu sei da consciência aqui de cada um, vereador. É o ódio que tem, como o vereador Luiz Frare falou: é uma Lei, tem um compromisso com o município; mas eu acho que o respeito de cada um, o discurso de cada um vereador tem que ser respeitado. O vereador tem o voto dele, ele vota com a consciência do jeito dele. Eu acho que não é um vereador que vai falar, que vai subir na tribuna e vai falar discurso político, discurso que

quer subir em trampolim; nós temos que votar com a consciência e no momento que nós achamos. E o meu voto é deste jeito, voto a favor do Projeto, mas com consciência de que voto em benefício da população. Obrigado, senhor Presidente. (Aplausos). (-Peço a palavra, senhor Presidente). – Presidente: Com a palavra, o vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Senhor Presidente, nobres colegas, imprensa, a plateia. Aqui o que está em decisão é uma coisa, o seguinte: é a Lei e contra a Lei. Assim no meu ponto de vista, não tem como ele cobrar e dirigir ao mesmo tempo; isto é de fato. O que me preocupa no futuro, é que com o vale SIM se conseguirem distribuir em mais pontos de venda a tendência é que o cobrador seja extinto. Por quê? Porque o mercado é que determina o negócio, vamos dizer assim. Só que neste momento, se o sindicato dos transportes municipais de Cascavel tivesse entrado na Justiça, ele já tinha ganho; porque não existe, não pode; ou é através da Lei trabalhista ou é através da Lei do DETRAN, não se pode cobrar e dirigir ao mesmo tempo. Ou senão o ônibus, eu já tinha falado há um ano atrás, agora me lembro, que o empresário do transporte coletivo que a partir do momento que colocar um cobrador; o ônibus ao invés de andar 10 quilômetros por manhã, vai andar 20; e daí o quê? Ele vai trocar o ônibus e o motorista a mais pelo trocador; vai ser mais barato para a transportadora, por quê? Se o ônibus andar mais rápido, ele percorrerá mais caminhos e poderá faturar mais. Então eu acho assim que o transporte municipal de Cascavel ou do Brasil, ele está indo contra o mercado; porque a partir do momento que ele faz com que o motorista cobre e dirija, o ônibus anda mais devagar; andando mais devagar vai percorrer menos espaço, percorrendo menos espaço, vai carregar menos pessoas; então eles não perceberam isto e que na realidade estão fazendo uma coisa errada até economicamente, sem contar da segurança. Da segurança é óbvio, se eu não posso atender o telefone celular dirigindo; o motorista não pode cobrar, dirigindo. Então, eu vejo que é um Projeto fácil, Rui Capelão, e quem for contra esta votação está indo contra os princípios básicos, por quê? Vai contra o trabalhador, vai contra o empresário, vai contra a população. Vai contra o trabalhador, por que? Diminui o emprego dele dentro do veículo de transporte. Vai contra o empresário, faz com que o ônibus ande menos e vai contra a população, por quê? Não tem segurança. Então, vendo isto aqui não tem como a gente votar contra; Gugu e Frare. Economicamente está errado. Se a gente analisar do meu ponto de vista, eu não estou chutando eu estou colocando: se tiver um cobrador o ônibus anda mais rápido. É mais fácil ter um cobrador a mais ou um ônibus e o motorista? (-Um aparte, vereador) Pois não! – Vereador Rui: Obrigado, vereador! (Aplausos) Eu gostaria de dizer que o Poder Executivo, desculpe o Poder Judiciário não gosta muito de intervir em medidas administrativas do Poder Executivo e Legislativo. Então, se nós hoje estamos

num impasse foi criado por nós. Por que quem fez o contrato com as empresas fomos nós que aprovamos este contrato. Quem fez a Lei para reduzir este cobrador dos micro-ônibus, não ter cobrador, fomos nós que fizemos isto! Eu sei que hoje o sindicato trabalha na Justiça neste sentido, também, por quê? O que é que a Justiça espera? Que aquilo que nós fizemos, que nós devemos corrigir que seja corrigido; então eu acho que são questões administrativas nossas e que não é do Poder Judiciário e acredito que até nem do Poder Executivo, por quê? Se a Lei foi aprovada aqui, proposta por vereadores desta Casa, somos nós vereadores que temos que entender que precisamos fazer uma correção. Então, nós não estamos afrontando ninguém, nós estamos simplesmente mostrando aquilo que é dever nosso, analisarmos e corrigirmos aquilo que nós devemos corrigir. Portanto, eu quero aproveitar o aparte que o vereador me deu, já para agradecer todos os senhores que votarem favoráveis ao Projeto, que não estão votando em benefício do vereador Rui Capelão. Vocês estão votando em benefício dos trabalhadores que estão sendo esquecidos nesta jogada, que está sendo lembrado é as empresas (Aplausos) e o Poder Executivo. Os trabalhadores não interessa o que ocorra (Presidente: Concluiu o tempo do vereador) me parece que já estou concluindo né, Então, obrigado e quero dizer que eu tenho um compromisso em Curitiba e estou logo depois da votação viajando. Não sei se vou chegar a tempo amanhã para a votação, mas quero pedir consciência a todos os senhores, na 2ª votação que será feita amanhã e contar com todo este pessoal que estejam aqui, para agradecer no final das votações a esta Casa pelo trabalho apresentado em benefício do trabalhador. Muito obrigado! (Aplausos) (-Um aparte, vereador)- (- Vereador Bocasanta, um aparte) Presidente: O tempo do vereador Bocasanta já terminou, mas o senhor quer fazer alguma consideração? – Vereador Jorge Bocasanta: Eu queria fazer uma consideração. Então assim, como os ônibus estão parados, se não tem como a gente quebrar o interstício e fazer as duas votações hoje? Obrigado! – Presidente: Não! Não é possível, vereador. Mais alguém? Quero fazer algumas considerações também, eu peço a palavra. Vereador Luiz Frare, assumo a Presidência, por favor. – Vereador Marcio Pacheco: Bom dia senhor Presidente, senhores vereadores, comunidade que nos acompanha, trabalhadores interessados na aprovação deste Projeto, apenas, umas breves considerações. Percebo que já há uma sensibilidade, há um bom senso, por parte dos senhores vereadores, o que nos leva a acreditar que muito felizmente, teremos a aprovação deste Projeto nesta Casa, nesta manhã e nós todos sairemos daqui mais felizes; vereadores e também, os que aqui estão para se manifestarem. Nós percebemos, é importante a gente fazer esta leitura do comportamento de cada um; nós vemos aqui nesta Casa vários momentos em que as pessoas vem acompanhar as votações e fazem algum

tipo de manifestações. Nós percebemos nesta manhã, que as manifestações elas são um pouco diferentes. Elas são uma manifestação muito próxima de um sentimento de revolta e isto, é que nós traz uma preocupação maior, porque de fato declara que é importante de fato que esta Casa delibere de acordo com o que é o interesse do Projeto. Que não é simplesmente uma manifestação que vem aqui e apresenta: olha, nós queremos que seja assim ou daquele jeito, não. Nós percebemos que de fato as pessoas estão quase revoltadas; já estão revoltadas e estão expressando isto, por meio da manifestação. Então, acredito que esta votação desta Casa é importante, que seja de fato por aquilo que o Projeto assim encaminha. Quero cumprimentar o Vitorassi, que também com a liderança que tem, pediu inclusive para que realmente se abstinhasse daquela faixa; entendo que de fato aquela faixa não contribui, pelo contrário gera um sentimento também, de agressividade de alguma maneira, né? Então, cumprimento aos trabalhadores que tiveram esta sensibilidade. Quero fazer uma leitura breve do Projeto, porque alguns anos atrás, esta própria Câmara Municipal, quando eu não era político, não estava na vereança, aprovou um Projeto que excluía a função do cobrador; mas num momento específico. No momento em que se estabelecia em Cascavel, a figura do micro-ônibus e que sob aquele entendimento, não seria tão necessário à presença de um cobrador; o que eu particularmente discordo, desde aquele momento. Entendo que cada função tem a sua importância, se não fosse assim, não precisaríamos por exemplo de um secretário; o próprio chefe poderia fazer o trabalho, porque tem condições de fazê-lo. Não precisaríamos da figura do soldado na Polícia Militar, porque o cabo tem condições de fazê-lo. Não precisaríamos da função do cabo porque o sargento tem condições de fazer a do cabo e assim, sucessivamente. Então, entendo que cada função tem a sua função; e cada função ela merece ser exercida por quem tem a atribuição de desempenhá-la. E a atribuição de um cobrador é ser cobrador; a atribuição de um motorista é ser motorista. Também como o Vanderlei, já utilizei por muito tempo o transporte coletivo e sempre que precisava de algum tipo de informação, a quem que eu recorria? Ao cobrador. Hoje, a quem recorre-se quando se precisa de alguma informação? É ao motorista. E aí neste momento, de fato há uma agressão a Lei, porque o próprio Código de Trânsito Brasileiro diz que: dirigir com falta de atenção é uma infração. E não tem como você conversar, explicar alguma coisa, inclusive fazer a cobrança e dirigir ao mesmo tempo, sem perder a atenção. Se nós não podemos nem dirigir ao celular que dirá ficar conversando e fazendo cobrança. Então, entendo que não se justifica, em relação a Foz do Iguaçu tenho que parabenizar Vitorassi, nesta questão a cidade de Foz do Iguaçu. E aí desconstruir este argumento no sentido de que, Cascavel cobra R\$ 2,60 e que Foz do Iguaçu cobra R\$ 2,75. Cascavel vai continuar cobrando R\$ 2,60 a um

custo que não tem mais fim agora, de R\$ 1.800.000,00 por ano, que foi isentado por causa de R\$ 0,10 ou R\$ 0,15 que Foz do Iguaçu cobra a mais. Então, ou seja, absolutamente desproporcional o custo benefício para o município, R\$ 0,10 que deixarão de ser aumentados agora, mas que serão em algum momento. E naturalmente, como o Vitorassi, me dizia Cascavel roda entorno de 40.000 quilômetros por dia e carrega uma quantidade de pessoas de 80.000 trabalhadores por dia; enquanto que Foz do Iguaçu roda os mesmos 40.000 para carregar apenas 60.000 trabalhadores por dia. Portanto, o custo benefício da cidade de Cascavel, a lucratividade das empresas de Cascavel mesmo sendo mais barato é maior do que o custo, do que o benefício de Cascavel. (Aplausos) Eu quero só registrar o meu apoio incondicional a categoria, incondicional. Certamente o meu voto acredito nem seja necessário, se não for necessário não tenho o direito de votar, mas se tiver, registro já não só o meu apoio como o meu voto favorável, em toda e qualquer circunstância que seja em benefício do trabalhador. Obrigado, senhores! (Aplausos) – Vereador Paulo Bebber: Uma questão de ordem, senhor Presidente. Eu queria só aqui, deixar registrado a todos vocês que, nesta hora lutam em busca deste direito. E eu vou procurar saber, e amanhã vou dar a resposta a este plenário aqui. Eu e o Marcos Rios, fizemos um Projeto para beneficiá-los. Exatamente o que estão buscando hoje. Amanhã vou apresentar, e lamentavelmente o nosso Projeto não se colocou na pauta e nem em votação. O nosso Projeto não é de fevereiro o nosso Projeto é do ano passado, ainda. Amanhã, eu vou apresentar a vocês. Obrigado! – Presidente: Senhores, então amanhã, responderei devidamente, as razões pelas quais o Projeto do vereador não foi colocado na pauta. Em votação, o Projeto de Lei nº 15/2014, de autoria do vereador Rui Capelão, que dispõe sobre a proibição (-votação nominal) aos motoristas dos veículos do transporte coletivo de executar simultaneamente a condução do veículo e a cobrança da tarifa, conforme especifica, votação nominal, por gentileza proceda senhor secretário. – Secretário: Com 16 votos favoráveis e 02 contrários, Projeto aprovado em 1ª votação. Foram favoráveis os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Danny de Paula, Ganso Sem Limites, João Paulo, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Lauri Dall’Agnol, Nei Haveroth, Paulo Bebber, Paulo Porto, Marcos Rios, Pedro Martendal, Rui Capelão Cardoso, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini.; e contrários os vereadores: Gugu Bueno e Luiz Frare. – Presidente: Com 16 votos favoráveis e 02 contrários está aprovado em 1ª votação o Projeto de Lei nº 15/2014. Projeto de Lei nº 46/2014 de autoria do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre alterações da redação da Lei nº 6.228 de 26 de junho de 2013; em discussão. (- Me dá licença, senhor Presidente) Só um segundinho. Em votação, o Projeto de Lei nº 46/2014 de autoria do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre

alterações da redação da Lei nº 6.228 de 26 de junho de 2013, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes, está aprovado em 1ª votação o Projeto de Lei nº 46/2014. O Projeto de Lei nº 60/2014 de autoria do Poder Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo Municipal a desafetar imóvel público e alienar através do Instituto da Investidura e dá outras providências, em discussão. Em votação, o Projeto de Lei nº 60/2014 de autoria do Poder Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo Municipal a desafetar imóvel público e alienar através do Instituto da Investidura e dá outras providências, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes, está aprovado em 1ª votação o Projeto de Lei nº 60/2014; finalizando assim a matéria da Ordem do Dia. **GRANDE EXPEDIENTE** - Presidente: E como não há inscritos para o Grande Expediente, eu agradeço a todos pela presença. Uma boa tarde! E até amanhã, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dez horas e cinquenta e oito minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por Marina Rodrigues Toledo, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

GUGU BUENO
1º Secretário